CONTEÚDO PROGRAMÁTICO - AUDITOR-FISCAL

MÓDULO I – CONHECIMENTOS BÁSICOS

Língua Portuguesa: 1. Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados. 2. Tipos ou modos de organização textual. 2.1. Narração. 2.2. Descrição. 2.3. Argumentação. 3. Organização e estruturação do texto. 3.1. Coerência e coesão textual. 3.1.1. Referenciação, substituição e repetição. 3.1.2. Emprego de conectores e relações de sentido por eles estabelecidas. 3.1.3. Encadeamento e progressão das ideias no texto. 4. Semântica. 4.1. Significado e emprego de palavras e expressões no contexto. 4.2. Sinonímia, antonímia e polissemia. 4.3. Sentido literal e figurado. 5. Morfologia. 5.1. Reconhecimento, emprego e sentido das classes de palavras. 5.2. Processos de formação e flexão de palavras. 5.3. Emprego de tempos e modos verbais. 6. Sintaxe. 6.1. Frase, oração e período. 6.2. Termos da oração. 6.3. Relações de coordenação e subordinação. 6.4. Concordância nominal e verbal. 6.5. Transitividade verbal e regência nominal e verbal. 6.6. Colocação dos pronomes átonos. 7. Ortografia e acentuação gráfica. 7.1. Ortografia. 7.2. Acentuação gráfica. 8. Emprego do sinal indicativo de crase. 9. Pontuação. 9.1. Emprego dos sinais de pontuação. 9.2. Efeitos de sentido decorrentes da pontuação. 10. Reescrita de frases, períodos e parágrafos. 10.1. Substituição de palavras e trechos. 10.2. Deslocamento e reorganização de estruturas. 10.3. Paralelismo. 10.4. Preservação e alteração de sentidos. 11. Variação linguística. 11.1. Níveis de formalidade. 11.2. Adequação à norma-padrão. **Observação:** os conteúdos deste programa serão abordados sob a perspectiva textual, considerando-se sua função na organização, na compreensão e na construção dos sentidos dos textos, sem ênfase em nomenclaturas, classificações ou exceções gramaticais descontextualizadas.

Língua Inglesa: 1. Compreensão e interpretação de textos em língua inglesa. 1.1. Vocabulário e estruturas gramaticais relevantes à construção dos sentidos do texto. 1.2. Identificação de ideias principais e secundárias. 1.3. Identificação de informações explícitas e implícitas e realização de inferências. 1.4. Relações entre informações e ideias apresentadas em um mesmo texto ou em textos distintos. **Observação**: os conhecimentos de vocabulário e de estruturas gramaticais serão avaliados de forma contextualizada, em função de sua contribuição para a compreensão e a construção dos sentidos dos textos.

Raciocínio Lógico-Matemático e Estatística: 1. Raciocínio Lógico-Matemático. 1.1. Lógica. 1.1.1. Proposições. 1.1.2. Conectivos. 1. 1.3. Equivalências lógicas.

1.1.4. Quantificadores. 1.1.5. Predicados. 1.2. Conjuntos e suas operações. 1.2.1. Diagramas. 1.3. Números inteiros, racionais e reais, suas operações, porcentagem e juros. 1.4. Proporcionalidade direta e inversa. 1.5. Medidas de comprimento. 1.5.1. Área. 1.5.2. Volume. 1.5.3. Massa. 1.5.4. Tempo. 1.6. Estrutura lógica de relações arbitrárias entre pessoas, lugares, objetos ou eventos fictícios. 1.6.1. Dedução de novas informações das relações fornecidas. 1.6.2. Avaliação das condições usadas para estabelecer a estrutura das relações fornecidas. 1.7. Compreensão e análise da lógica de uma situação, utilizando as funções intelectuais. 1.7.1. Raciocínio verbal. 1.7.2. Raciocínio matemático. 1.7.3. Raciocínio sequencial. 1.7.4. Orientação espacial. 1.7.5. Orientação temporal. 1.7.6. Formação de conceitos. 1.7.7. Discriminação de elementos. 1.8. Compreensão de dados apresentados em gráficos e tabelas. 1.9. Raciocínio lógico envolvendo problemas aritméticos, geométricos e matriciais. 1.10. Problemas de contagem e noções de probabilidade. 1.11. Geometria básica. 1.11.1. Ângulos. 1.11.2. Triângulos. 1.11.3. Polígonos. 1.11.4. Distâncias. 1.11.5. Proporcionalidade. 1.11.6. Perímetro. 1.11.7. Área. 1.12. Plano cartesiano. 1.12.1. Sistema de coordenadas. 1.12.2. Distância. 1.13. Problemas de lógica e raciocínio. **2. Estatística.** 2.1. Estatística descritiva. 2.1.1. Tabelas. 2.1.2. Gráficos. 2.1.3. Medidas de tendência central. 2.1.4. Dispersão. 2.1.5. Posição. 2.2. Probabilidade. 2.2.1. Probabilidade condicional. 2.2.2. Independência. 2.2.3. Teorema de *Bayes*. 2.2.4. Distribuições de probabilidade 2.2.4.1. Binomial. 2.2.4.2. *Poisson*. 2.2.4.3. Normal. 2.2.4.4. Exponencial. 2.3. Inferência estatística. 2.3.1. Amostragem. 2.3.2. Estimação pontual. 2. 3.3. Estimação intervalar. 2.3.4. Testes de hipóteses. 2.3.5. Valor-p. 2.3.6. Poder do teste. 2.4. Correlação. 2.4.1. Regressão linear simples. 2.4.1.2. Regressão linear múltipla. 2.4.1.3. Regressão logística. 2.4.1.3.1. Predição. 2.4.1.3.2. Classificação. 2.5. Séries temporais. 2.5.1. Tendência. 2.5.2. Sazonalidade. 2.5.3. Previsão.

Direito Constitucional: 1. Teoria Geral do Estado. 2. Os Poderes do Estado e as respectivas funções. 3. Teoria geral da Constituição. 3.1. Conceito. 3.2. Origens. 3.3. Conteúdo e elementos. 3.4. Estrutura. 3.5. Classificação. 3.6. Hermenêutica e interpretação constitucional. 4. Supremacia da Constituição. 5. Aplicabilidade e eficácia das normas constitucionais. 5.1. Normas de eficácia plena, contida e limitada. 5.2. Normas programáticas. 6. Poder constituinte. 7. Os princípios constitucionais. 8. Controle de constitucionalidade. 8.1. Conceito, espécies e modelos de controle de constitucionalidade. 8.2. Inconstitucionalidade por ação e por omissão. 8.3. Controle difuso e controle concentrado. 8.4. Competência dos tribunais. 8.5. Efeitos das decisões no controle de constitucionalidade. 9. Emenda, reforma e revisão constitucional. 10. Hierarquia das normas jurídicas. 11. Dos princípios fundamentais da Constituição da República Federativa do Brasil. 12. Dos

direitos e garantias fundamentais. 13. Da organização político-administrativa do Estado: União, Estados, Distrito Federal e Municípios. 13.1. Repartição constitucional de competências. 13.2. Da Administração Pública: princípios e disposições gerais. 13.3. Dos servidores públicos. 14. A organização dos Poderes. 14.1. O Poder Legislativo. 14.1.1. A fiscalização contábil, financeira e orçamentária. 14.1.2. Controle externo e sistemas de controle interno. 14.1.3. Tribunal de Contas da União. 14.1.4. Processo legislativo. 14.2. O Poder Executivo. 14.2.1. O Presidente e o Vice-Presidente da República. 14.2.2. As atribuições do Presidente da República. 14.2.3. A responsabilidade do Presidente da República. 14.2.4. Os Ministros de Estado. 14.3. O Poder Judiciário. 14.3.1. Disposições gerais. 14.3.2. O Supremo Tribunal Federal. 14.3.3. O Superior Tribunal de Justiça. 14.3.4. Os Tribunais Regionais Federais e os Juízes Federais. 15. Funções essenciais à Justiça: Ministério Público, Advocacia Pública, Advocacia e Defensoria Pública. 16. A defesa do Estado e das instituições democráticas. 17. Da tributação e do orçamento. 17.1. Sistema Tributário Nacional. 17.1.1. Disposições gerais. 17.1.2. Repartição das receitas tributárias. 17.2. Das finanças públicas. 17.2.1. Do orçamento. 18. Da ordem econômica e financeira. 19. Da ordem social. 20. Das disposições constitucionais gerais e do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT).

Direito Administrativo: 1. Administração pública: princípios básicos. 2. Poderes administrativos. 2.1. Poder hierárquico. 2.2. Poder disciplinar. 2.3. Poder regulamentar. 2.4. Poder de polícia. 2.5. Uso e abuso do poder. 3. Ato administrativo. 3.1. Conceito, requisitos e atributos. 3.2. Anulação, revogação e convalidação. 3.3. Discricionariedade e vinculação. 4. Organização administrativa. 4.1. Administração direta e indireta. 4.2. Administração centralizada e descentralizada. 4.2.1. Autarquias. 4.2.2. Fundações. 4.2.3. Empresas públicas. 4.2.4. Sociedades de economia mista. 5. Consórcios públicos (Lei nº 11.107/2005). 6. Órgãos públicos. 6.1. Conceito. 6.2. Natureza. 6.3. Classificação. 7. Servidores públicos. 7.1. Cargo. 7.2. Emprego público. 7.3. Função pública. 8. Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União (Lei nº 8.112/1990). 8.1. Disposições preliminares. 8.1.1. Provimento. 8.1.2. Vacância. 8.1.3. Remoção. 8.1.4. Redistribuição. 8.1.5. Substituição. 8.2. Direitos e vantagens. 8.2.1. Vencimento. 8.2.2. Remuneração. 8.2.3. Vantagens. 8.2.4. Férias. 8.2.5. Licenças. 8.2.6. Afastamentos. 8.2.7. Direito de petição. 8.3. Regime disciplinar. 8.3.1. Deveres e proibições. 8.3.2. Acumulação. 8.3.3. Responsabilidades. 8.3.4. Penalidades. 8.4. Processo administrativo disciplinar. 9. Processo administrativo (Lei nº 9.784/1999). 10. Controle e responsabilização da administração. 10.1. Controle administrativo. 10.2. Controle judicial. 10.3. Controle legislativo. 11. Responsabilidade extracontratual do Estado. 12. Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992). 13.

Lei de Licitações e Contratos da Administração Pública (Lei nº 14.133/2021). 14. Serviços públicos. 14.1. Disposições Preliminares. 14.1.1. Conceito. 14.1.2. Pressupostos constitucionais. 14.1.3. Regime jurídico. 14.1.4. Princípios do serviço público. 14.1.5. Usuário. 14.1.6. Titularidade. 14.2. Delegação de serviço público. 14.2.1. Autorização. 14.2.2. Permissão. 14.2.3. Concessão. 15. Bens públicos. 15.1. Disposições Preliminares. 15.1.1. Regime jurídico. 15.1.2. Classificação. 15.1.3. Administração. 15.1.4. Aquisição. 15.1.5. Alienação. 15.2. Utilização por terceiros. 15.2.1. Autorização de uso. 15.2.2. Permissão de uso. 15.2.3. Concessão de uso. 15.2.4. Concessão de direito real de uso. 15.2.5. Cessão de uso. 16. Intervenção do Estado na propriedade. 16.1. Desapropriação. 16.2. Servidão administrativa. 16.3. Tombamento. 16.4. Requisição administrativa. 16.5. Ocupação temporária. 16.6. Limitação administrativa. 17. Terceiro Setor. 17.1. Entes paraestatais. 18. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018). 19. Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011).

Economia e Finanças Públicas: 1. Microeconomia. 1.1. Conceitos básicos: problema econômico fundamental, mercado, fluxos econômicos em uma economia de mercado, variáveis-fluxo e variáveis-estoque. 1.2. Demanda e oferta; deslocamentos das curvas de demanda e oferta. 1.3. Elasticidades da demanda e da oferta. 1.4. Teoria do consumidor: restrição orçamentária, preferências, utilidade, curvas de indiferença, escolha do consumidor, efeitos renda e substituição, demanda de mercado e excedente do consumidor. 1.5. Teoria da produção e dos custos: fatores de produção, função de produção, produtividade, rendimentos de escala, rendimentos marginais decrescentes, custos de produção e excedente do produtor. 1.6. Mercados competitivos: concorrência perfeita, maximização de lucros, oferta da firma e equilíbrio de mercado. 1.7. Poder de mercado: monopólio, monopsônio e oligopólio. 1.8. Eficiência econômica: eficiência nas trocas, livre comércio, vantagem comparativa e fronteira de possibilidades de produção. 1.9. Falhas de mercado: assimetria de informação, risco moral, seleção adversa, papel do governo, bens públicos e externalidades. 1.10. Economia comportamental: conceito, Sistema 1 e Sistema 2, heurísticas e vieses cognitivos, nudges, aversão à perda, comportamento de manada, sobrecarga de opções e viés do status quo. **2. Macroeconomia.** 2.1. Contas nacionais: agregados macroeconômicos, produto, renda e despesa, diferentes conceitos de produto, consumo, investimento e poupança. 2.2. Setor externo: exportações e importações; balanço de pagamentos; transações correntes; contas de capital e financeira; erros e omissões; taxas e regimes cambiais. 2.3. Inflação e índices de preços. 2.4. Moeda: funções, oferta e demanda de moeda e agregados monetários. 2.5. Política monetária: objetivos, metas de inflação, taxa básica de juros, operações de mercado aberto, recolhimentos compulsórios, redesconto e

mecanismos de transmissão. 2.6. Política fiscal: tributos, gastos públicos e efeitos sobre a atividade econômica. 2.7. Ciclos econômicos e estabilização econômica. 2.8. Modelo IS-LM. 2.9. Planos de estabilização econômica no Brasil: Planos Cruzado, Bresser, Verão, Collor I, Collor II e Real. 2.10. Resultados fiscais: resultados primário, nominal e operacional; dívida pública e sustentabilidade fiscal. 2.11. Regras fiscais e regime fiscal sustentável. **3. Finanças Públicas.** 3.1. Funções econômicas do Estado. 3.1.1. Função alocativa. 3.1.2. Função distributiva. 3.1.3. Função estabilizadora. 3.2. Financiamento da atuação estatal. 3.2.1. Ingressos e receitas públicos: conceitos, distinções e classificações fundamentais. 3.2.2. Fontes tributárias e não tributárias de financiamento público. 3.2.3. Tributação como instrumento de financiamento do Estado e de atuação econômica e social.

Administração Geral e Pública: 1. Administração Geral. 1.1. Fundamentos da Administração e das Organizações. 1.1.1. Evolução das teorias da administração e das organizações. 1.1.1.1. Abordagem clássica. 1.1.1.2. Abordagem burocrática. 1.1.1.3. Abordagem das relações humanas. 1.1.1.4. Abordagem sistêmica. 1.1.1.5. Abordagem contingencial. 1.1.2. Funções da administração. 1.1.2.1. Planejamento. 1.1.2.2. Organização. 1.1.2.3. Direção. 1.1.2.4. Controle. 1.1.3. Níveis de planejamento. 1.1.3.1. Planejamento estratégico. 1.1.3.2. Planejamento tático. 1.1.3.3. Planejamento operacional. 1.2. Comportamento Organizacional e Gestão de Pessoas. 1.2.1. Comportamento organizacional. 1.2.1.1. Cultura organizacional. 1.2.1.2. Liderança. 1.2.1.3. Comunicação organizacional. 1.2.1.4. Trabalho em equipe. 1.2.2. Gestão de pessoas. 1.2.2.1. Planejamento da força de trabalho. 1.2.2.2. Gestão por competências. 1.2.2.3. Gestão do desempenho. 1.3. Gestão Organizacional. 1.3.1. Gestão por resultados. 1.3.1.1. Objetivos e metas. 1.3.1.2. Indicadores de desempenho. 1.3.1.3. Monitoramento e avaliação de resultados. 1.3.2. Gestão de processos. 1.3.2.1. Abordagem por processos. 1.3.2.2. Mapeamento e análise de processos. 1.3.2.3. Racionalização e melhoria de processos. 1.3.3. Gestão de riscos. 1.3.3.1. Identificação de riscos. 1.3.3.2. Avaliação de riscos. 1.3.3.3. Tratamento de riscos. 1.3.3.4. Monitoramento de riscos. **2. Administração Pública.** 2.1. Administração e Governança Públicas. 2.1.1. Evolução da Administração Pública. 2.1.1.1. Modelo patrimonial. 2.1.1.2. Modelo burocrático. 2.1.1.3. Modelo gerencial. 2.1.2. Governança e gestão públicas. 2.1.2.1. Conceitos, distinções e relações. 2.1.2.2. Funções da governança pública: avaliar, direcionar e monitorar. 2.1.2.3. Mecanismos de governança pública: liderança, estratégia e controle. 2.1.2.4. Entregas, resultados e geração de valor público. 2.1.3. Transparência, *accountability*, participação e controle social. 2.2. Governo Digital, Serviços Públicos e Inovação. 2.2.1. Princípios e diretrizes do governo digital e da eficiência pública. 2.2.2. Transformação digital e integração de

serviços e canais de atendimento. 2.2.3. Prestação de serviços públicos com foco no usuário. 2.2.3.1. Simplificação e acessibilidade. 2.2.3.2. Experiência e satisfação dos usuários. 2.2.4. Inovação e transformação de processos e serviços públicos. 2.2.4.1. Redesenho e melhoria de processos e serviços. 2.2.4.2. Incorporação de tecnologias aos processos de trabalho.

Fluência em Dados: 1. Conceitos. 1.1. Atributos. 1.2. Métricas. 1.3. Transformação de dados. 2. Análise de Dados. 2.1. Conceitos de *analytics*. 2.2. Agrupamentos. 2.3. Tendências. 2.4. Projeções. 3. Visualização de dados. 3.1. Microsoft *Fabric*. 3.2. Bibliotecas de visualização de dados para *Python*, R e Javascript. 4. Governança de Dados. 4.1. Conceitos. 4.2. Papéis. 4.3. Tipos (centralizada, compartilhada e federada). 5. Qualidade de Dados. 5.1. Conceitos. 5.2. Dimensões. 6. Versionamento de códigos. 6.1. Ferramentas. 6.2 Comandos. 7. Linguagens de programação. 7.1. SQL. 7.2. *Python*. 7.3. R. 8. Bancos de dados. 8.1. Bancos de dados relacionais. 8.2. Bancos de dados não relacionais. 8.3. Modelagem de dados. 8.4. Principais SGBDs relacionais. 8.5. Principais SGBDs não relacionais (NoSQL). 9. Big Data. 9.1. Soluções para Big Data. 9.2. Big Data em relação a outras disciplinas. 9.3. Arquitetura de Big Data. 9.4. Modelos de entrega e distribuição de serviços de Big Data. 10. Computação em nuvens. 10.1. Plataformas de computação em nuvem para Big Data. 11. Ciência de dados. 11.1. Importância da informação. 11.2. Ciclo de vida do processo de ciência de dados. 11.3. Papéis dos envolvidos em projetos de ciência de dados. 12. Inteligência Artificial. 12.1. Conceitos e aplicações de inteligência artificial e de aprendizado de máquina. 13. Inteligência artificial generativa. 13.1. Modelos de linguagem de grande escala (LLMs). 13.2. Capacidades e limitações. 13.3. Erro probabilístico, alucinação e viés algorítmico. 13.4. Conceitos básicos de engenharia de *prompts* e de verificação de resultados gerados. 14. Ética, riscos e governança da inteligência artificial. 14.1. Transparência e explicabilidade. 14.2. Mitigação de vieses. 14.3. Supervisão humana e responsabilidade decisória do agente público. 14.4. Proteção de dados pessoais e protegidos por sigilo legal em sistemas de inteligência artificial. 14.5. Política de Inteligência Artificial no âmbito da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (Portaria RFB nº 647/2026). 15. Processamento de linguagem natural. 16. Segurança da informação aplicada à fluência em dados. 16.1. Conceitos fundamentais de confidencialidade, integridade, disponibilidade e autenticidade. 16.2. Classificação da informação. 16.3. Privacidade e proteção de dados. 16.4. Controle de acesso. 16.5. Principais riscos em projetos orientados por dados: vazamento, alteração indevida, acesso não autorizado, perda de dados e uso inadequado. 16.6. Compartilhamento seguro de arquivos, pastas, dashboards e relatórios. 17. Criptografia e proteção técnica básica. 17.1. Noções de criptografia em repouso e em trânsito. 17.2. HTTPS, VPN e armazenamento criptografado. 18.

Riscos humanos e engenharia social: *phishing*, *smishing*, golpes por e-mail e mensagens falsas. 18.1. Manipulação para obtenção de dados. 19. Segurança em dados usados por IA e automação. 19.1. Riscos ao inserir dados sensíveis em ferramentas de IA e vazamento de informações em *prompts*. 19.2. Cuidados com bases usadas para treinamento, teste e validação.

MÓDULO II – CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Contabilidade Geral e Avançada: 1. Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade (Normas Brasileiras de Contabilidade – Técnicas Gerais (NBC TG)). 1.1. Patrimônio: componentes patrimoniais, ativo, passivo e situação líquida. Equação fundamental do patrimônio. 1.2. Características fundamentais e de melhoria da informação contábil. 1.3. Entidade que reporta versus Pessoa Jurídica. 1.4. Ativos: conceitos, estrutura, classificações, contas, processos de avaliação, registros contábeis e evidenciações. 1.5. Passivos: conceitos, estrutura, classificações, contas, processos de avaliação, registros contábeis e evidenciações. 1.6. Patrimônio líquido: capital social, adiantamentos para aumento de capital, ajustes de avaliação patrimonial, ações em tesouraria, prejuízos acumulados, reservas de capital e de lucros, cálculos, constituição, utilização, reversão, registros contábeis e formas de evidenciação. 2. Fatos contábeis e respectivas variações patrimoniais. 3. Sistema de contas, contas patrimoniais, de resultado e plano de contas. 4. Escrituração: conceito e métodos, partidas dobradas, lançamento contábil, rotina, fórmulas, processos de escrituração. 4.1. Livros Contábeis Obrigatórios, SPED Contábil. 5. Balancete de verificação: conceito, forma, apresentação, finalidade, elaboração. 6. Instrumentos financeiros: definições, classificação, reconhecimento e mensuração (NBC TG 48). 7. Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (NBC TG 25). 8. Tratamento das Participações Societárias, conceito de coligadas e controladas, definição de influência significativa, métodos de avaliação, cálculos, apuração do resultado de equivalência patrimonial, tratamento dos lucros não realizados, recebimento de lucros ou dividendos de coligadas e controladas, contabilização (Lei nº 6.404/1976, NBC TG 18 (R4), Interpretação Técnica Geral - ITG 09 (R2) e NBC TG 36 (R3)). 9. Combinação de negócios: definições, mensuração ao valor justo dos ativos líquidos, cálculo do *goodwill* e do ganho por compra vantajosa e a sua contabilização (NBC TG 15 (R4), ITG 09 (R2) e NBC TG 36 (R3)). 10. Redução ao valor recuperável, mensuração, registro contábil, reversão (NBC TG 01 (R4)). 11. Tratamento das Depreciações, amortização e exaustão, conceitos, determinação da vida útil, forma de cálculo e registros (NBC TG 27 (R4)). 12. Tratamentos de Reparo e conservação de bens do ativo, gastos de capital versus gastos do período (NBC TG 27 (R4)). 13. Debêntures,

conceito, avaliação e tratamento contábil. 14. Tratamento das partes beneficiárias. 15. Operações financeiras ativas e passivas, tratamento contábil e cálculo das variações monetárias, das receitas e despesas financeiras, empréstimos e financiamentos: apropriação de principal, juros transcorridos e a transcorrer e tratamento técnico dos ajustes a valor presente. 16. Despesas antecipadas e receitas antecipadas. 17. Folha de pagamentos: cálculos, tratamento de encargos e contabilização. 18. Operações com mercadorias, fatores que alteram valores de compra e venda, forma de registro e apuração do custo das mercadorias ou dos serviços vendidos (NBC TG 16 (R2)). 19. Tratamento de operações de arrendamento mercantil (NBC TG 06 (R3)). 20. Ativo Não Circulante Mantido para Venda, Operação Descontinuada e Propriedade para Investimento, conceitos e tratamento contábil (NBC TG 31 (R4)). 21. Ativos Intangíveis, conceito, apropriação, forma de avaliação e registros contábeis (NBC TG 04 (R4)). 22. Apuração do Resultado, incorporação e distribuição do resultado, compensação de prejuízos, tratamento dos dividendos e juros sobre capital próprio, transferência do lucro líquido para reservas, forma de cálculo, utilização e reversão de Reservas (Lei n. 6.404/76 e NBC). 23. Mensuração a Valor justo e apuração dos ativos líquidos: conceitos envolvidos, cálculos e apuração e tratamento contábil (NBC TG 46 (R2)). 24. Subvenção e Assistência Governamentais: conceitos, tratamento contábil, avaliação e evidenciação (NBC TG 07 (R2)). 25. Demonstrações Contábeis, obrigatoriedade de apresentação e elaboração (Lei n. 6.404/76 e NBC). 25.1. Balanço Patrimonial: obrigatoriedade, apresentação, conteúdo dos grupos e subgrupos. 25.2. Demonstração do Resultado do Exercício: estrutura, evidenciação, características e elaboração. 25.3. Demonstração do Resultado Abrangente: conceito, conteúdo e forma de apresentação. 25.4. Demonstração de Mutações do Patrimônio Líquido: conceito, conteúdo e forma de apresentação. 25.5. Demonstração do Fluxo de Caixa: obrigatoriedade, conceito, métodos de elaboração e forma de apresentação. 25.6. Demonstração do Valor Adicionado: conceito, forma de apresentação e elaboração. 26. Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (NBC TG 23 (R2)). 27. Análise das Demonstrações. Análise horizontal e indicadores de evolução. Índices e quocientes financeiros de estrutura, liquidez, rentabilidade e econômicos.

Auditoria: 1. Conceitos, definições e aspectos gerais dos procedimentos de auditoria. 1.1. Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC TA e NBC PA). 1.2. Amostragem em Auditoria (NBC TA 530). 1.3. Testes de observância. 1.4. Testes substantivos. 1.5. Testes para subavaliação e testes para superavaliação. 1.6. Evidências de auditoria. 1.7. Procedimentos de auditoria. 1.8. Documentação de auditoria. 1.9. Relatório de auditoria. 2. Tópicos específicos de auditoria. 2.1. Identificação de fraudes na escrita contábil. 2.2. Auditoria no ativo circulante. 2.2.1

Recomposição contábil do fluxo de caixa da empresa. 2.2.2. Identificação de saldo credor na conta caixa por falta de emissão de documentos fiscais. 2.2.3. Suprimento das disponibilidades sem que haja comprovação quanto à efetiva entrega dos recursos financeiros: aumento do capital social, adiantamentos de clientes, empréstimos de sócios ou de terceiros, operações, prestações ou recebimentos sem origem, alienação de investimentos e bens do ativo imobilizado. 2.2.4. Aquisições de mercadorias, bens, serviços e outros ativos não contabilizados e sem comprovação da origem do numerário. 2.2.5. Baixa fictícia de títulos não recebidos. 2.2.6. Cotejamento de recebíveis com os registros contábeis de receitas. 2.2.7. Superavaliação na formação dos custos de estoque. 2.3. Auditoria no ativo não circulante. 2.3.1. Auditoria em investimentos. 2.3.1.1. Classificação e mensuração de participações societárias. 2.3.1.2. Classificação e mensuração de propriedades para investimento. 2.3.2. Auditoria no ativo imobilizado. 2.3.2.1. Ativos ocultos. 2.3.2.2. Alienação fictícia de bens. 2.3.2.3. Superestimação ou subestimação de depreciação. 2.3.2.4. Superestimação ou subestimação de perdas por desvalorização (Teste de Recuperabilidade). 2.3.3. Auditoria no ativo intangível. 2.3.1. Classificação e mensuração de intangíveis. 2.4. Auditoria no passivo circulante e no passivo não circulante. 2.4.1. Falta de registro contábil dos passivos de curto prazo. 2.4.2. Passivos fictícios. 2.4.3. Identificação de passivos já pagos e não baixados. 2.5. Auditoria no patrimônio líquido. 2.5.1. Aumento do capital social sem comprovação quanto à efetiva entrega dos recursos financeiros. 2.5.2. Contabilização de reservas. 2.5.3. Contabilização indevida de subvenções governamentais em reserva de incentivos fiscais. 2.6. Auditoria em contas de resultado. 2.6.1. Registro de receitas e despesas. 2.6.2. Ocultação de receitas. 2.6.3. Subavaliação de receitas. 2.6.3. Superavaliação de custos e despesas. 2.7. Distribuição disfarçada de lucros ou dividendos. 2.7.1. Distribuição de lucros ou dividendos *in natura* por valor superior ao de mercado. 2.7.2. Distribuição de lucros ou dividendos em contrapartida à liquidação de obrigações. 2.8. Auditoria em operações de importação. 3. Sigilo das operações de instituições financeiras (LC nº 105/2001).

Direito Tributário: 1. Competência tributária. 2. Limitações constitucionais ao poder de tributar. 2.1. Imunidades. 2.2. Princípios constitucionais tributários. 3. Tributos: conceito, espécies, elementos e classificação. 4. Tributos de competência da União. 5. Tributos de competência dos Estados e do Distrito Federal. 6. Tributos de competência dos Municípios. 7. Legislação tributária. 7.1. Fontes do Direito Tributário. 7.2. Vigência da legislação tributária. 7.3. Aplicação da legislação tributária. 7.4. Interpretação e integração da legislação tributária. 8. Obrigação tributária principal e acessória. 9. Fato gerador da obrigação tributária. 10. Sujeição ativa e passiva. 10.1. Solidariedade. 10.2. Capacidade tributária. 11.

Domicílio tributário. 12. Responsabilidade tributária. 12.1. Conceito. 12.2. Responsabilidade dos sucessores. 12.3. Responsabilidade de terceiros. 12.4. Responsabilidade por infrações. 12.5. Substituição tributária. 13. Crédito tributário. 13.1. Conceito. 13.2. Constituição do crédito tributário. 13.3. Lançamento. 13.3.1. Modalidades de lançamento. 13.3.2. Hipóteses de alteração do lançamento. 13.4. Suspensão da exigibilidade do crédito tributário. 13.4.1. Modalidades. 13.5. Extinção do crédito tributário. 13.5.1. Modalidades. 13.6. Exclusão do crédito tributário. 13.6.1. Modalidades. 14. Pagamento indevido, repetição do indébito e compensação. 15. Garantias e privilégios do crédito tributário. 16. Administração tributária. 16.1. Fiscalização. 16.2. Dívida ativa. 16.3. Certidões negativas. 17. Sigilo fiscal. 18. Código de Defesa do Contribuinte (Lei Complementar nº 225/2026). 19. Processo Administrativo Fiscal (Decreto nº 70.235/1972). 20. Ilícito tributário: ilícito administrativo tributário, ilícito penal tributário e crimes contra a ordem tributária (Lei nº 8.137/1990 e Lei nº 4.729/1965). 21. Ação Cautelar Fiscal (Lei nº 8.397/1992). 22. Tributação no regime falimentar. 23. Planejamento tributário. 23.1. Elisão e evasão tributária. 23.2. Abuso de formas. 23.3. Interpretação econômica do Direito Tributário.

Direito Previdenciário: 1. Aspectos teóricos e conceituais da Seguridade Social e Previdência Social. 2. Seguridade Social. 2.1. Origem e evolução legislativa no Brasil. 2.2. Conceituação e distinções: saúde, previdência e assistência. 2.3. Organização e princípios constitucionais. 3. Legislação previdenciária. 3.1. Conteúdo, fontes e autonomia. 3.2. Aplicação das normas previdenciárias. 3.2.1. Vigência, hierarquia, interpretação, integração e eficácia das normas. 3.2.2. Direito intertemporal, direito adquirido, expectativa de direito e proteção da confiança. 3.3. Orientação dos tribunais superiores. 4. Previdência Social: modelos, noções sobre Regime Geral, Regimes Próprios, Regimes Especiais e Previdência Complementar. 4.1. Problemas estruturais da Previdência Social. 5. Regime Geral de Previdência Social. 5.1. Princípios e objetivos. 5.2. O Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS). 5.3. Organização da Seguridade Social e Plano de Custeio (Lei nº 8.212/1991). 5.4. Relação Jurídica de Previdência Social. 5.4.1. Filiação e inscrição. 5.4.2. Período de carência. 5.5. Segurados obrigatórios. 5.6. Conceito, características e abrangência de: empregado, empregado doméstico, empresário, contribuinte individual, equiparado ao contribuinte individual, microempreendedor individual (MEI), trabalhador avulso e segurado especial e segurado facultativo. 5.7. Qualidade de segurado: manutenção e perda. 5.7.1. Período de graça. 5.8. Dependentes: conceito, características, filiação e inscrição. 6. Trabalhadores excluídos do Regime Geral. 7. Empresa e empregador doméstico: conceito previdenciário. 8. Financiamento da seguridade social. 8.1. Fontes de custeio. 8.1.1. Contribuições sociais: natureza e espécies. 8.2. Receitas da União. 8.3.

Receitas das contribuições sociais: dos segurados, das empresas, do empregador doméstico, do produtor rural, do clube de futebol profissional, de concursos de prognósticos e de outras fontes. 8.4. Prescrição e decadência. 8.5. Salário de contribuição. 8.5.1. Conceito. 8.5.2. Parcelas integrantes e parcelas não integrantes. 8.5.3. Limites mínimo e máximo. 8.5.4. Salário-base: enquadramento, fracionamento, progressão e regressão. 8.5.5. Proporcionalidade. 8.5.6. Reajustamento. 8.6. Arrecadação e recolhimento das contribuições destinadas à seguridade social. 8.6.1. Obrigações da empresa e demais contribuintes. 8.6.2. Prazo de recolhimento. 9. Responsabilidade solidária: conceito, natureza jurídica e características. 9.1. Aplicação na construção civil, na cessão de mão de obra e em grupo econômico. 10. Isenções e parcelamentos de contribuições: requisitos, manutenção e perda. 11. Ilícito tributário: ilícito administrativo tributário; infrações à legislação previdenciária; ilícito penal previdenciário; crimes contra a seguridade social.

Legislação Tributária: 1. Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza. 1.1. Princípios e regras constitucionais aplicáveis ao imposto. 1.2. Critérios orientadores. 1.2.1. Renda e Proventos. Conceito. 1.2.2. Disponibilidade econômica ou jurídica. 1.2.3. Acréscimo patrimonial. 1.3. Tributação das Pessoas Físicas. 1.3.1. Fato Gerador. 1.3.2. Sujeição Passiva. 1.3.3. Base de Cálculo. 1.3.4. Deduções. 1.3.5. Tributação exclusiva. 1.3.6. Sistema de bases correntes. 1.3.7. Recolhimento mensal obrigatório (carnê-leão). 1.3.8. Tributação definitiva. 1.3.9. Ajuste anual. 1.4. Tributação das Pessoas Jurídicas. 1.4.1. Fato Gerador. 1.4.2. Sujeição Passiva. 1.4.3. Base de Cálculo. 1.4.4. Despesas dedutíveis e indedutíveis. 1.4.5. Lucro Real. 1.4.6. Lucro Presumido. 1.4.7. Lucro Arbitrado. 1.4.8. Lucros, rendimentos e ganhos de capital obtidos no exterior. 1.4.9. Preços de transferência. 1.4.10. Investimentos em sociedades coligadas e controladas avaliados pelo método do patrimônio líquido. 1.4.11. Reorganizações societárias. 1.4.12. Tributação na fonte. 1.4.13. Regime de caixa e regime de competência. 1.4.14. Apuração. 2. Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. 2.1. Princípios e regras constitucionais aplicáveis à contribuição. 2.2. Fato Gerador. 2.3. Sujeição Passiva. 2.4. Base de Cálculo. 2.5. Apuração. 3. Contribuições Sociais. 3.1. Princípios e regras constitucionais aplicáveis às contribuições sociais. 3.2. Contribuição para o PIS/Pasep e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS. 3.2.1. Princípios e regras constitucionais aplicáveis às contribuições. 3.2.2. Regime de apuração cumulativa. 3.2.2.1. Fato Gerador. 3.2.2.2. Sujeição Passiva. 3.2.2.3. Base de Cálculo. 3.2.2.4. Apuração. 3.2.3. Regime de apuração não cumulativa. 3.2.3.1. Fato Gerador. 3.2.3.2. Sujeição Passiva. 3.2.3.3. Créditos. 3.2.3.4. Base de Cálculo. 3.2.3.5. Apuração. 4. Imposto sobre Produtos Industrializados. 4.1. Princípios e regras constitucionais aplicáveis ao imposto. 4.2. Fato Gerador. 4.3.

Sujeição Passiva. 4.4. Base de Cálculo. 4.5. Apuração. 5. Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários. 5.1. Princípios e regras constitucionais aplicáveis ao imposto. 5.2. Fato Gerador. 5.3. Sujeição Passiva. 5.4. Base de Cálculo. 5.5. Apuração. 6. Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural. 6.1. Princípios e regras constitucionais aplicáveis ao imposto. 6.2. Fato Gerador. 6.3. Sujeição Passiva. 6.4. Base de Cálculo. 6.5. Apuração. 7. Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, e álcool etílico combustível. 7.1. Princípios e regras constitucionais aplicáveis à contribuição. 7.2. Fato Gerador. 7.3. Sujeição Passiva. 7.4. Base de Cálculo. 7.5. Apuração. 8. Contribuição Social sobre Bens e Serviços nas Operações sobre Bens e Serviços. 8.1. Princípios e regras constitucionais aplicáveis à contribuição. 8.2. Hipóteses de Incidência. 8.3. Imunidades. 8.4. Fato Gerador. 8.5. Local da operação. 8.6. Base de Cálculo. 8.7. Alíquotas. 8.8. Sujeição passiva. 8.9. Modalidades de extinção dos débitos. 8.10. Pagamento indevido ou a maior. 8.11. Ressarcimento. 8.12. Regimes de Apuração. 8.13. Não Cumulatividade. 8.14. Devolução e Cancelamento. 8.15. Correção do valor do débito 8.16. Bens e Serviços de uso ou consumo pessoal. 9. Imposto Seletivo. 9.1. Princípios e regras constitucionais aplicáveis ao imposto. 9.2. Fato Gerador. 9.3. Sujeição Passiva. 9.4. Base de Cálculo. 9.5. Apuração. 10. Simples Nacional. 10.1. Definição de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte. 10.2. Inscrição e Baixa. 10.3. Tributos e Contribuições. 10.3.1. Instituição e Abrangência. 10.3.2. Vedações ao ingresso. 10.3.3. Alíquotas e Base de Cálculo. 10.3.4. Recolhimento dos tributos devidos. 10.3.5. Repasse da arrecadação. 10.3.6. Créditos. 10.3.7. Obrigações Fiscais Acessórias. 10.3.8. Exclusão. 10.3.9. Fiscalização. 10.3.10. Omissão de receita. 10.3.11. Acréscimos legais. 10.3.12. Processo Administrativo. 10.3.13. Processo Judicial.

Comércio Internacional: 1. Fundamentos Econômicos do Comércio Internacional. 1.1. Principais Teorias do Comércio Internacional. 1.2. Política Econômica em Economias Abertas. 1.3. Mercados Internacionais. 1.4. Balanço de Pagamentos. 1.5. Evolução do Sistema Monetário Internacional. 2. Fundamentos Normativos do Comércio Internacional. 2.1. Conceitos Básicos de Comércio Internacional. 2.1.1. GATT. 2.1.2. Protecionismo. 2.1.3. Barreiras Comerciais e Desenvolvimento. 2.2. Integração Econômica. 2.2.1. Zona de Preferência Tarifária, Área de Livre Comércio e União Aduaneira. 2.2.2. Exemplos de Acordos de Integração Econômica na América Latina. 2.2.3. Mercosul. 2.2.3.1. Estrutura Institucional, Composição e Objetivos. 2.2.3.2. Tratado de Assunção para a Constituição de um Mercado Comum. 2.2.3.3. Protocolo de Ouro Preto (Adicional ao Tratado de Assunção sobre a Estrutura Institucional do Mercosul). 2.2.3.4.

Protocolo de Olivos para a Solução de Controvérsias no Mercosul. 2.2.3.5. Tarifa Externa Comum. 2.2.3.6. Regime de Origem do Mercosul. 2.2.4. Acordo entre Mercosul e União Europeia. 2.3. Acordos no Âmbito da OMC. 2.3.1. Acordo Constitutivo da OMC. 2.3.2. Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio – 1994. 2.3.3. Acordo sobre Barreiras Técnicas ao Comércio. 2.3.4. Acordo sobre a Implementação do Artigo VI do Acordo Geral – Antidumping. 2.3.5. Acordo sobre a Implementação do Artigo VII do Acordo Geral – Valoração Aduaneira. 2.3.6. Acordo sobre Inspeção Pré-embarque. 2.3.7. Acordo sobre Regras de Origem. 2.3.8. Acordo sobre Procedimentos para o Licenciamento de Importações. 2.3.9. Acordo sobre Subsídios e Medidas Compensatórias. 2.3.10. Acordo de Salvaguardas. 2.3.11. Acordo sobre Facilitação de Comércio. 2.3.12. Desafios Institucionais Contemporâneos da OMC. 2.4. Acordos e Instrumentos no Âmbito da OMA. 2.4.1. Classificação de Mercadorias no Sistema Harmonizado. 2.4.2. Convenção de Quioto Revisada. 2.4.3. Marco SAFE. 3. Políticas de Comércio Exterior e Tratamento Administrativo. 3.1. Políticas de Comércio Exterior do Brasil. 3.2. Órgãos Nacionais Intervenientes do Comércio Exterior do Brasil. 3.3. Aspectos Administrativos na Exportação e Importação. 4. Câmbio, Pagamento e Seguros no Comércio Internacional. 4.1. Pagamentos Internacionais e Mercado de Câmbio Brasileiro. 4.2. Fatores e Determinação da Taxa de Câmbio. 4.3. Modalidades ou Métodos de Pagamento. 4.4. Comissão de Agentes. 4.5. Disponibilidades no Exterior. 4.6. Pagamentos Usados na Exportação e na Importação. 4.7. Seguros Internacionais. 5. Logística Internacional. 5.1. Sistema de Transporte Internacional. 5.2. Termos Comerciais Internacionais – Incoterms. 5.3. Tipos de Carga. 5.4. Operadores Logísticos Internacionais.

Legislação Aduaneira: 1. Jurisdição Aduaneira. 1.1. Território Aduaneiro. 1.2. Locais e Recintos Alfandegados. 1.3. Sujeitos de Comércio Exterior. 1.3.1. Administração Aduaneira. 1.3.2. Órgãos Públicos Intervenientes no Comércio Exterior. 1.3.3. Pessoas Intervenientes no Comércio Exterior. 1.3.4. Coordenação e Cooperação dos Sujeitos de Comércio Exterior. 2. Controle Aduaneiro de Veículos. 3. Controle Aduaneiro de Mercadorias. 3.1. Despacho Aduaneiro. 3.1.1. Despacho Aduaneiro de Importação. 3.1.2. Despacho Aduaneiro de Exportação. 3.1.3. Novos Procedimentos de Importação e Exportação - Portal Único de Comércio Exterior. 3.1.4. Casos Especiais. 3.1.5. Auditorias Posteriores à Liberação. 3.2. Normas Especiais. 3.2.1. Abandono de Mercadoria. 3.2.2. Mercadorias Presumidas Idênticas. 3.2.3. Tráfego Postal. 3.2.4. Mercadoria de Importação não Autorizada. 4. Regimes Aduaneiros Especiais e Aplicados em Áreas Especiais. 4.1. Regimes Aduaneiros Especiais. 4.1.1. Trânsito Aduaneiro. 4.1.2. Regimes de Permanência Temporária. 4.1.2.1. Admissão Temporária. 4.1.2.2. Exportação Temporária. 4.1.3. Regimes de Depósito Aduaneiro. 4.1.3.1. Entreposto Aduaneiro. 4.1.3.2. Depósito

Especial. 4.1.3.3. Depósito Afiançado. 4.1.3.4. Depósito Franco. 4.1.3.5. Depósito Alfandegado Certificado. 4.1.3.6. Loja Franca. 4.1.3.7. Entreposto Industrial da Zona Franca de Manaus. 4.1.4. Regimes de Aperfeiçoamento. 4.1.4.1. Drawback Suspensão. 4.1.4.2. Regime de Entreposto Aduaneiro sob Controle Aduaneiro Informatizado – Recof. 4.1.4.3. Admissão Temporária para Aperfeiçoamento Ativo. 4.1.4.4. Exportação Temporária para Aperfeiçoamento Passivo. 4.1.5. Regime Aduaneiro Especial de Exportação e de Importação de Bens Destinados às Atividades de Pesquisa e Lavra das Jazidas de Petróleo e Gás Natural – Repetro. 4.2. Regimes Aduaneiros Aplicados em Áreas Especiais. 4.2.1. Zona Franca de Manaus. 4.2.2. Áreas de Livre Comércio. 4.2.3. Zonas de Processamento de Exportação (ZPE). 5. Tributos Incidentes sobre as Mercadorias nas Operações de Comércio Exterior. 5.1. Imposto de Importação. 5.1.1. Incidência e Fato Gerador. 5.1.2. Sujeição Passiva. 5.1.3. Cálculo e Pagamento. 5.1.4. Imunidades, Isenções e Reduções. 5.2. Imposto de Exportação. 5.2.1. Incidência e Fato Gerador. 5.2.2. Sujeição Passiva. 5.2.3. Cálculo e Pagamento. 5.2.4. Isenções e Incentivos Fiscais na Exportação. 5.3. Demais Tributos nas Operações de Comércio Exterior. 5.3.1. Imposto sobre Produtos Industrializados Vinculados à Importação. 5.3.1.1. Incidência e Fato Gerador. 5.3.1.2. Sujeição Passiva. 5.3.1.3. Cálculo e Pagamento. 5.3.1.4. Imunidades, Isenções e Suspensões. 5.3.1.5. Impactos da Reforma Tributária. 5.3.2. Imposto Seletivo Vinculado à Importação. 5.3.2.1. Incidência e Fato Gerador. 5.3.2.2. Sujeição Passiva. 5.3.2.3. Cálculo e Pagamento. 5.3.2.4. Isenções. 5.3.3. Contribuição Social sobre Bens e Serviços na Importação e na Exportação. 5.3.3.1. Contribuição Social sobre Bens e Serviços na Importação. 5.3.3.1.1. Incidência e Fato Gerador. 5.3.3.1.2. Sujeição Passiva. 5.3.3.1.3. Cálculo e Pagamento. 5.3.3.1.4. Isenções. 5.3.3.1.5. Regimes Aduaneiros Especiais, Zonas de Processamento de Exportação (ZPE) e Bens de Capital. 5.3.3.2. Contribuição Social sobre Bens e Serviços na Exportação. 5.3.4. Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – Combustíveis na Importação (CIDE-Combustíveis Importação). 5.3.4.1. Incidência e Fato Gerador. 5.3.4.2. Sujeição Passiva. 5.3.4.3. Cálculo e Pagamento. 5.3.4.4. Isenções. 5.3.5. Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM). 5.3.5.1. Incidência e Fato Gerador. 5.3.5.2. Sujeição Passiva. 5.3.5.3. Cálculo e Pagamento. 5.3.5.4. Isenções. 5.3.6. Taxa de Utilização do Siscomex. 5.3.7. Taxa de Utilização do Mercante. 5.4. Regimes de Tributação Diferenciada. 5.4.1. Regime de Tributação Especial (RTE). 5.4.2. Regime de Tributação Simplificada (RTS). 5.4.3. Regime de Tributação Unificada (RTU). 5.4.4. Tributação das Mercadorias não Identificadas. 5.5. Extravio e Acréscimo. 5.6. Restituição e Compensação. 6. Infrações e Penalidades Aduaneiras. 6.1. Definição de Infração e Aplicação e Graduação das Penalidades. 6.2. Denúncia Espontânea e Autorregularização. 6.3. Penalidade de Perdimento de Mercadoria, de Veículo e de Moeda. 6.4. Multas. 6.5. Sanções Administrativas. 6.6. Relevação de Penalidades. 6.7. Representação Fiscal para Fins Penais. 6.8. Infrações Praticadas pelos Órgãos

da Administração Pública. 7. Decadência e Prescrição em Matéria Aduaneira. 8. Processos e Procedimentos Administrativos Específicos da Área Aduaneira. 8.1. Processo de Determinação e Exigência de Salvaguardas. 8.2. Processo de Perdimento. 8.3. Processo de Aplicação de Penalidade pelo Transporte Rodoviário de Mercadoria Sujeita à Pena de Perdimento. 8.4. Processo de Aplicação de Sanções Administrativas aos Intervenientes nas Operações de Comércio Exterior. 8.5. Processos de Aplicação e de Exigências dos Direitos Antidumping e Compensatórios. 8.6. Processos de Consulta em Matéria Aduaneira. 8.7. Procedimentos de Verificação de Origem não Preferencial. 9. Atividades Relacionadas aos Serviços Aduaneiros. 10. Programas de Conformidade na Área Aduaneira. 10.1. Operador Econômico Autorizado (OEA). 10.2. Programa Remessa Conforme (PRC).